

Bíblia in natura: milenarismo e lições da natureza na história natural do século XVIII.

Christian Fausto Moraes dos Santos

Doutor em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz-RJ) e Pós-Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG-MG), professor adjunto do Departamento de História e pesquisador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá (PR). Pesquisa na área de História das Ciências Naturais.

A construção da Ciência Moderna foi um processo lento com momentos de tensões e expectativas seguidos por períodos de relativa calma. As divergências entre sábios, ou *curiosis*, como eram chamados, marcaram a primeira metade do século XVIII. Já com relação às discussões acerca da estrutura do céu, do sistema do mundo, sol, lua, estrelas, meteoros e a terra como um todo, estes também suscitavam abundantes literaturas, sendo objeto de variadas observações e superstições.

Durante os séculos XVI e XVII, cresceu, por exemplo, o interesse pelo estudo dos cometas e o estudo das leis de Newton formularam-se em aplicações para as referidas observações. Fenômenos considerados fortuitos, tais como, as aparições esporádicas dos cometas, eram vistos como uma inversão da ordem das coisas. Assim, tais aparições eram seguidas de muitas publicações que se espalhavam por toda Europa.

Ao mesmo tempo tais fenômenos astronômicos, como chuvas de meteoros e o desaparecimento total ou parcial do sol e da lua, ainda podiam ser interpretados por cidadãos comuns como o embate divino do astro da luz contra as criaturas das trevas. Não eram poucas as pessoas que acreditavam estar vendo literalmente a luta do bem contra o mal, na qual a lua era atacada por uma criatura maligna ou mesmo um dragão. Para ajudar a lua em sua peleja o povo se organizava em uma série de eventos barulhentos para afugentar ou mesmo tentar matar aqueles que queriam destruir a lua. Em agosto de 1887 isso aconteceu no Pará. Foi durante um eclipse da lua, o povo foi as ruas fazendo muito barulho batendo panelas, latas velhas, soltando fogos de artifício e até mesmo dando tiros de revólver em direção ao eclipse.(MOURÃO, 2001, pág. 24)

O que pretendo ao elencar duas construções tão diferentes acerca do mesmo universo de fenômenos é lembrarmos que estas por vezes podem coexistir. O que não podemos é prejudicá-las ou considerarmos as ‘menos bem sucedidas’ como indignas ou figurações de atraso.

Afinal, diferentemente do que se costuma pensar, relações ou associações entre áreas hoje consideradas tão díspares (como ciências e religião) por vezes dialogaram de maneira consideravelmente harmônica, principalmente na Idade Moderna. Calafate (1994) chega a nos afirmar que durante o século XVIII as ciências naturais e a teologia racional ou natural aliaram-se de forma intensa através da “Física Teológica”¹, nesta aliança ao contrário do que se poderia supor,

¹ “Física Teológica ou Teologia” *grosso modo* tratava-se das primeiras demonstrações de uma interdependência dos organismos e suas relações com o meio. Demonstrava-se através das primeiras cadeias alimentares, que os seres dependiam uns dos outros e na falta de um deles a cadeia se veria ameaçada. (...)

a fé não foi obstáculo. Em se tratando do avanço das ciências da natureza ao invés de criar obstáculos a fé proporcionou um dinamismo. Verifica-se neste século inegável conhecimento científico da natureza, que coexistiu, em setores não necessariamente marginais, com a permanência de uma interpretação simbólica. A teologia racional aliada à ciência da observação constituiu a “Física teológica” contribuindo para com o conhecimento das ciências da natureza. A partir da segunda metade do século XVIII, a fé, sem a dimensão institucional, catalisou o conhecimento científico e o simbolismo constituído na Europa deu guarida a Deus, a Natureza e ao Homem.

“(…), quando se nos depara os insistentes apelos dos nossos teóricos setecentistas para uma ‘correspondência entre o homem e a natureza’ para uma inserção do homem na natureza, importa repetir que essa natureza de que falam não se confunde com a matéria nem, portanto, se queda por uma consideração meramente utilitária, embora a importância desta última fosse difícil exagerar, atendendo a ideário global da época. É uma natureza que fala a linguagem da matemática e da geometria, mas que fala, igualmente a linguagem de Deus. A contingência dos seres materiais reclama uma ‘criação continuada’, uma conservação activa de Deus, reclama, afinal a presença de Deus nas criaturas” (op. cit., 21).

Entretanto se o Reformismo Ilustrado seduziu a intelectualidade e os governantes europeus, sobretudo os portugueses, com a idéia de que a razão,

Esse equilíbrio dinâmico era tão perfeito, e tão intrincado que só podia ter sido criado originalmente por Deus. Deus criara não só todas as espécies, mas já as criara formando parte do ecossistema, como diríamos hoje (Papavero et al., 1997, p. 140). Uma visão teológica do mundo predominante no pensamento ocidental nasceu do desenvolvimento da Teologia Natural, a partir da *Summa Theologica* de Santo Tomás de Aquino, em cujo quinto argumento de prova da existência de Deus, baseia-se na ordem e na harmonia do mundo, apontando para um ser inteligente direcionando as coisas naturais ao seu fim. Aliás, a relação do homem e a natureza estendem-se ao longo da tradição judaico-cristã (Mayr: 1998).

dentre outras coisas, poderia gerar métodos mais pertinentes a uma exploração mais eficaz dos recursos, o mesmo não se processou de maneira tão ágil com o cidadão comum e os leitores em geral. Ou seja, as novas idéias, concepções irão conviver por um bom tempo com as já existentes. Pois, por vezes, podemos identificar até mesmo nos escritos de propagadores da Ilustração a demonstração de que ainda carregam conceitos de um legado cultural anterior, onde se faziam presentes os milenarismos e/ou anticientificismo e as teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica. (Villalta,1999, p. 24). Afinal as coleções de aves, ovos, conchas, ninhos, chifres e crânios (entre tantas outras) que Buffon encontra nas coleções de ‘curiosos’ partiam do conceito de que as mesmas deveriam ser um microcosmo da natureza. Ora, é este mesmo conceito que é emprestado pelo próprio Buffon para a composição do *Jardin du roi*. Lembremo-nos ainda que tal idéia tem sua origem nos gabinetes de História Natural do Renascimento e que a noção de História Natural como objeto de curiosidade (também originária no Renascimento), encontra-se no conteúdo dos espécimes despachados das Colônias, nas descrições de naturalistas, no uso do sistema lineano, nos princípios que norteiam as ‘cartilhas’ que ensinam a elaborar jardins botânicos, coletar e taxidermizar animais.

Conceito influente à época, o milenarismo tinha como um de seus princípios a idéia de que a natureza fornecia um espetáculo, um teatro onde lições poderiam ser constantemente tiradas. A natureza era então uma obra a ser lida, ou seja, o “livro da Natureza”, assim como a Bíblia, encerrava lições e parábolas que se encontravam em um sentido que por vezes transcendia o literal (Holanda, 1994, p.

65-66). Era preciso interpretar os signos dos ensinamentos deixados por Deus através de suas escrituras e criaturas. Até mesmo na França existiram aqueles que, de uma maneira ou outra, deixavam seus escritos influenciarem-se pelo milenarismo. A secularização da natureza pode ser encontrada, por exemplo, em La Fontaine, que não via lições divinas no comportamento dos animais, mas sentimentos humanos em suas ações (Ibdem, p.221). Obviamente que o milenarismo não pode ser conjugado no singular, ou seja, foram vários os milenarismos, várias as maneiras de ver os ensinamentos de Deus na natureza. O Novo Mundo espanhol, por exemplo, era muito mais edenizado que o luso.

Um exemplo de como os milenarismos estavam presentes nos escritos do século XVIII pode ser encontrado nos próprios *Diálogos Geográficos* escrito pelo advogado licenciado José Barbosa de Sá na Cuiabá de 1769 onde, no Diálogo 2º da segunda parte, este expõe longos tratados metodológicos de como extrair ouro e minérios das entranhas da terra de maneira que estas reservas mineralógicas nunca se esgotem, afinal, segundo ele, bastava esperar “um pouco” para que estes preciosos minérios “brotassem” novamente da terra. Teoriza também sobre como os animais da arca de Noé chegaram até ao Novo Mundo, ou de como os negros da África antecederam os indígenas na chegada e colonização da América. (folio 254, recto e verso, 1769)

Afinal, um dos maiores eruditos milenaristas a ter suas obras circulando no mundo luso-português foi lido e citado diversas vezes por Barbosa de Sá nos *Diálogos Geográficos*. Trata-se da obra *Os Sermões*, do Padre Antonio Vieira, cujo exemplar se encontrava na biblioteca de Barbosa de Sá quando do inventário

da mesma. A maioria dos conceitos do Padre Vieira baseava-se no profetismo, na sacralização e em uma certa quantidade de anticientificismo. Esses eram os constituintes para uma leitura do mundo que encontravam eco em uma grande parte da população portuguesa, sobretudo na mais “humilde” intelectualmente. Esse conjunto de conceitos (em especial o anticientificismo), não negava ou desaprovava o estudo da natureza e seus constituintes. De fato, para o padre Vieira, os interesses científicos deveriam estar subordinados a uma percepção mística do mundo. Não foram poucas as vezes em que se condenou o “desejo de saber”, o que, segundo ele, era a “maior gula de natureza racional”, bem como o motivo que levou Eva e muitos membros da Companhia de Jesus a se perderem. (LEITE, 1948, p. 122).

Para o padre Vieira, a melhor universidade era aquela que fora freqüentada por Cristo, a universidade da salvação das almas. Assim sendo, todos aqueles que possuíam uma estima excessiva pela ciência não passavam de “idólatras”. Para estes, padre Vieira indicava a leitura de um salmo de Davi: *“Porque não conheci letras, entrarei nas potências de Deus”* (CIDADE, 1985, p.15). Atentemos para o fato de que, apesar de tudo, Vieira não condenava o espírito investigativo, desde que esse fosse guiado pelo divino.

Desse modo, Alcir Pécora, define Vieira como um homem marcado por um “humanismo” aristotélico-tomista e inaciano (ou seja, um humanismo diferente daquele comumente associado ao Renascimento). O método de investigação permeado pelas analogias, aquele que permite ver o mundo natural como um livro com lições (por vezes divinas) a serem desveladas, devia estar associado a uma

compreensão de que tais conhecimentos adquiridos (ou seja, lições decifradas) deveriam ser compreendidos como possibilidades de salvação, ou seja, assim como o estudo das escrituras, o estudo da natureza não deveria ter um fim em si próprio, ele deveria servir ao complexo e árduo trabalho de salvação das almas, desenvolvendo, desse modo, uma ação que fosse afirmativa no mundo dos acontecimentos, indissociando assim, investigação à vontade e ação. Afinal que outro sentido o estudo das ciências poderia ter senão o de depurar as formas de depurar a alma? (1994, p. 72-76).

O estudo da natureza fascinava não somente letrados e acadêmicos, que viviam para suas investigações, pesquisas e reflexões, e que na maioria das vezes contavam com o mecenato de nobres, também havia homens de origem mais humilde, ou rústica, que para além de seus fascínios pelos fenômenos da natureza ainda tinham, por vezes, de cumprir uma rotina de trabalho que nem sempre se coadunava com tal paixão. É caso de homens como o cirurgião-barbeiro Luis Gomes Ferreira que em 1735 concluía o seu *Erário Mineral*, obra na qual descrevia e discutia as patologias que afligiam os moradores das Minas Gerais do setecentos. Ou mesmo do advogado licenciado José Barbosa de Sá ao escrever os *Diálogos Geográficos*, em 1769. Barbosa de Sá, por exemplo, ao falar sobre os astros afirma que

“(...) tudo quanto dizem os mathematicos do conhecimento das estrellas e seus effeitos em particular, é uma mera embustea e uma mera patranha, com que enlevão os bobos e ignorantes, só sim póde alcançar que os astros celestes concorrem para as producções terrestres, que isto conhece

qualquer discursivo sem estudar as arengas da mathematica.” (Fólio 255, recto)

E essa não é a única passagem dos *Diálogos Geográficos* em que Barbosa de Sá acusa o saber dos matemáticos de ser um mero embuste. A recorrência de conceitos milenaristas nos *Diálogos* de Barbosa de Sá não é nenhuma surpresa afinal, até inícios do século XVIII, a analogia ainda era um dos constituintes do saber, e a religiosidade um de seus canais obrigatórios. Desse modo, o milenarismo e o anticientificismo encerravam uma maneira de ver o mundo que não era somente baseada na religiosidade, mas principalmente na analogia. É através dela (a analogia) que o universo se ordenava em uma geometria que estabelecia um diálogo semântico entre si mesmo, no qual havia uma escala de valores que estipulava que cada coisa, elemento ou ser devesse ocupar o seu devido lugar (Foucault, 1985, p. 23-30). A ordem da ordem era que tudo deveria figurar no catálogo, neste ponto encontraremos os bestiários medievais como ícones desta necessidade, neles “tudo” figurava em um genérico e tranqüilo transcorrer dos seres vivos (Delaunay, 1997). Assim observaremos, por exemplo, que o conhecimento no séc. XVI era constituído por uma instável mistura de saber racional, de noções que derivavam da prática da magia e de toda uma herança cultural que se pautava nos poderes da autoridade e na redescoberta de textos antigos. Os signos que se interpretavam em fins da Idade Média como sendo ocultos só são designados como ocultos na medida em que a ele se assemelhavam, e estes signos não atuarão sobre o oculto sem também atuar

sobre o que é, por eles (os signos) secretamente indicado. (Foucault, 1985, p. 50-51)

Até o fim do Séc. XVI, a *semelhança* enquanto recurso metodológico e teórico para descrever e classificar os seres irá desempenhar um papel fundamental na construção do saber ocidental. É através da semelhança que é organizado e disponibilizado o conhecer. As idéias de Pierre Belon, em 1555, exemplificam como se versava o mundo natural tendo como linguagem a figura das semelhanças (ou similitudes), pois este ao traçar a primeira tábua comparada do esqueleto humano com o dos pássaros demonstra que:

“a ponta da asa chamada apêndice, que está em proporção com a asa, com o polegar, com a mão; a extremidade da ponta da asa, que é como nossos dedos (...); o osso, tido como pernas para os pássaros, correspondendo ao nosso calcanhar; assim como temos quatro dedos pequenos nos pés, assim os pássaros tem quatro dedos, dos quais o de trás tem proporção semelhante à do dedo grande do nosso pé” (BELON apud Delaunay, 1997, p.186-188).

Segundo Foucault a similitude é expressa em quatro figuras essenciais: simpatia, analogia, conveniêntia e aemulatio, figuras essas que irão até o final da Idade Média instrumentalizar a escrita do saber acerca do mundo natural (1985, pág 42-46). É a simpatia, por exemplo, que faz com que um caranguejo na Europa do século XV seja identificado como um prato, uma constelação que por lembrar a forma de um caranguejo é então chamada de câncer, que por sua vez, por se parecer com um caranguejo, emprestou seu nome à doença identificada pelos gregos que diziam que tal patologia deveria ser chamada de câncer pelo fato da

doença se locomover no corpo como um pequeno caranguejo a andar na praia deixando a marca de suas patas ao mover-se de lado, e a ter um dos membros chamado de pinça por razões que hoje nos parecem óbvias, mas que àquela época eram as únicas.

Por esta época quando se tinha de fazer a história de um animal, inútil era escolher entre o ofício de naturalista e o de compilador: para se lidar com o mundo natural era preciso, numa única e mesma forma de saber, recolher tudo o que fora contado pela natureza e pelos homens, pelas tradições, pelos contos e cantos acerca daquela espécie em questão. Conhecer então um animal ou uma planta era especular e recolher todo e qualquer signo que sobre ele repousasse. A dissociação que hoje fazemos entre mito, ciência e literatura era algo inconcebível àquela época, e, o leão que repousava sob o brasão do senhor feudal era o mesmo que ocupava as savanas africanas. (ibdem, p. 56-57)

Por fim, os antigos jogos de analogia vão se tornando insuficientes. Com o Renascimento e a Ilustração as semelhanças e os signos lentamente começaram a romper sua antiga aliança, as similitudes pouco a pouco esmaecem. As palavras vão deixando de ser usadas para estabelecer as semelhanças para preencherem o mundo de significados. O que assistimos é um processo lento e discreto na qual os signos da linguagem vão deixando de se assemelhar aos constituintes da natureza, para então representá-los (op cit, p. 60). Desse modo, o que homens como José Barbosa de Sá ou Luis Gomes Ferreira nos deixam não é o testemunho de um “atraso” em relação ao que se discutia e propalava entre a elite intelectual europeia, é antes o testemunho de um processo, ou seja, de como se

operou lenta e sutilmente uma mudança na maneira como se apreendia o mundo.

O que o *Erário Mineral* e os *Diálogos Geográficos* testemunharam foi um período de transição, onde aqueles que se interessavam no estudo e investigação do mundo natural ainda carregavam em menor ou maior grau juntamente com seus escritos, alguns conceitos estruturados na fé, no divino, ao mesmo tempo em que participavam na construção da razão e da ciência no estudo do mundo natural.

Por meio dessas estratégias, estes homens comuns, advogados licenciados e cirurgiões barbeiros das vilas e arraiais da América Portuguesa, tomavam uma espécie de primeiro contato com os valores da Ilustração. Através dos princípios milenaristas e anticientificistas não havia (em um primeiro momento) crise ou abalo nas verdades divinas que estes homens (na maioria das vezes) tanto prezavam, quando da investigação da natureza e seus processos, afinal, desse modo, a natureza nada mais era que uma continuação das sagradas escrituras. As parábolas, as lições e os avisos perpetuavam-se no ambiente, e um bom naturalista ou mesmo médico nada mais seria que também uma espécie de 'teólogo' habilitado a interpretar as mensagens divinas em outras escrituras além daquelas compostas pelos apóstolos. Compreendamos que essas posturas anticientificista e milenarista era, para a maioria dos homens desse período, a opção mais acessível para se negociar com as novas realidades propostas pela Ilustração. Não que homens de formação mais simples fossem incapazes de compreender as novas maneiras de se ver, observar e questionar o mundo propostas pelo saber Ilustrado, a questão é entendermos que, para além da resistência em se romper com uma maneira de ver o mundo através das verdades

absolutas da religiosidade (como a arca de Noé, por exemplo), tratava-se também da resistência em se romper com um saber baseado em analogias. Ou seja, era uma questão que ia além de uma manutenção da fé, trata-se também de uma questão epistemológica. Um processo a qual – como dito anteriormente – nenhum homem do século XVIII estava imune, estava sim mais ou menos exposto, suscetível conforme o local que habitasse, a quantidade de publicações a que pudesse ter acesso e o grau de interação com outros estudiosos.

Já com referência aos Ilustrados, aos acadêmicos que formavam o corpo dos museus e universidades européias, alguns conceitos têm de ser salientados, pois, apesar de possuírem características que em muito os diferiam (conforme o país de origem), estes homens não podem ser simplesmente classificados como aqueles que antagonizavam pura e simplesmente os poderes temporal e espiritual. É certo que a grande maioria deles condenava qualquer sistema de governo que concentrasse poder suficiente para calar, perseguir e proibir os sábios (como no caso das obras do Abade Raynal). Entretanto, alguns conceitos sobre os Ilustrados constituem-se hoje em mito, como o de que esses homens eram radicais irreligiosos. Eles podiam até ser anticlericais (como foi no caso francês), mas dificilmente condenavam a crença no espiritual. Afinal, não foi somente o descortinar da liberdade com possibilidades de ascender a uma felicidade na terra, acenada pela ética das luzes que impulsionou o estudo das ciências. A edificação do paraíso celeste era utopia que podia ser ajustada ao pragmatismo das reformas do nascimento da Ciência Moderna. Não por acaso, a ênfase no renascimento científico para estudos das ciências naturais se dá a partir

da segunda metade do século XVIII. Aos homens de ciência ou curiosos foi dada a responsabilidade de construir o paraíso terreal por meio dos inventos, descobertas que proporcionassem o bem estar social.

Entretanto, havia uma nova questão no jogo filológico, e esta se referia ao método, ao olhar que deveria ser lançado ao mundo natural. A crença de que tudo simplesmente era uma expressão de leis gerais divinas não se imiscuía mais tanto nos trabalhos campo, ou nos conceitos trazidos à luz durante as reuniões de estudo e reflexão acerca do mundo natural. O pensamento Ilustrado em seus centros de origem caracterizava-se (em sua maioria) por uma recusa à dedução sistemática, ou seja, a de que partindo-se de um Ser supremo ou de uma certeza absoluta, perfectível, expandia a luz desta a toda criatura e o conhecimento que era adquirido através do método da demonstração e da consequência rigorosa, conciliado consequentemente a uma certeza de ordem divina (CASSIRER, 1993, p.21). O conceito Ilustrado era o de que se deveria abandonar a certeza fundamental para se abraçar à experiência e à observação, invertendo-se desse modo, a ordem do método: primeiro dever-se-ia apreender os fenômenos, para então se entender a lógica dos fatos, em seguida observar-se-ia todas as condições que deram origem a tais fenômenos, demonstrando a relação que os ligava, e, desse modo chegar-se-ia às constâncias, às regularidades recorrentes a cada tipo de fenômeno, podendo-se assim formular leis (ou princípios). Ou seja, o processo investigativo ilustrado associava os métodos resolutivo e compositivo, através do mesmo a função básica da razão consistia em identificar, dividir e juntar. Esse processo metodológico onde a indução toma o lugar da dedução foi

de certa forma habitual nos estudos e textos de muitos Ilustrados, sobretudo os que versavam sobre temas de “Filosofia Natural” (Ibdem, pág. 37).

Homens como o criador da sistemática zoológica e botânica, o sueco Carl Von Linnaeus, em sua obra *Sistema Naturae* ao estabelecer seu sistema de classificação, inovou, simplesmente por que observava diferenças e semelhanças em partes que todas as plantas possuíam, como sejam o tronco, folhas, flores e frutos. Tratava-se simplesmente da observação de fatos que podiam ser encontrados repetidamente (identificar, dividir e juntar). O que se fazia era opor-se a conceitos pré-estabelecidos, questionando-se a autoridade das Escrituras principalmente quando o assunto era referente à Filosofia Natural. O Conde de Buffon, em *Les Époques de la Nature*, desconstruía a idéia de uma natureza estática, inalterável desde o momento da criação. Para ele a natureza estava em constante mudança fosse para melhor, como o caso do clima, animais e plantas do Velho Mundo, fosse para pior como o caso das degenerescências encontradas nas espécies e no clima da América. Apesar da maioria dos conceitos de Buffon não serem mais válidos, permanece atual a idéia da inconstância, da evolução na natureza, ou seja, os animais e plantas não eram os mesmos, nem as montanhas estavam no mesmo lugar, desde o dia da criação (OUTRAM, 1995, p. 59).

Entretanto, tal inversão metodológica identificada por Cassirer não se processava nos estudos de todos os Ilustrados. Não foram poucos os pensadores e filósofos que tentavam acoplar o universo e seus constituintes em um plano pré-estabelecido (HAZARD: 1989, p. 133-134). Se para muitos pensadores a indução parecia ser mais eficiente que a dedução, esse processo não valeu para todos.

Pois como vimos o próprio Linnaeus, por exemplo, acreditava que sua classificação tinha validade por que julgava ele que a natureza era estática, ou seja, uma vez classificada a espécie animal ou vegetal esta estaria identificada para todo o sempre. O que esses dois homens e suas teorias nos demonstram é o quão heterogêneo o movimento da Ilustração podia ser. João Ferreira Gomes nos lembra que muitas foram as Ilustrações, houve uma Ilustração Racionalista, que era a de Descartes e Leibniz; também havia a Empirista, esta de origem inglesa, propalada por Newton, Locke e Bacon, cada uma delas apresentando propostas diferentes para o estudo de problemas como as relações entre o homem e a natureza, bem como a melhor maneira de se classificar tal conhecimento ou mesmo a possibilidade de se optar entre a observação e a experiência (1995, p. 67).

Como bem podemos avaliar, o mundo depois das descobertas geográficas, tornou-se mais interativo, os humanistas, por exemplo, esboçaram modelos de relações harmoniosas ao proporem soluções que se apoiavam ora no simples bom senso, ora nos grandes textos bíblicos. Mas, as implicações advindas das descobertas dos grandes e ricos territórios, impuseram uma fronteira interna e um princípio de hierarquia. Uma nova divisão correlata às diferentes formas de vida antípoda, que habitavam a região anteriormente tida como tórrida. A saga de Portugal juntamente com a Espanha, é de serem pioneiros dos descobrimentos marinhos, o que seguramente faz com que Portugal antes de ser letrado ou culto, seja camponês, viajante e marinheiro. Herdeiros diretos dessa origem podem ser elencados nos escritos de homens como Luís Gomes Ferreira e seu Herário

Mineral ou mesmo José Barbosa de Sá com seus Diálogos geográficos, homens de “letras empíricas” que se preocuparão (em pleno século XVIII), em dar uma versão “naturalista-cristã” para aquele continente encontrado em 1492.

Referências Bibliográficas

CALAFATE, Pedro. A história da idéia de natureza no século XVIII em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994

CALAFATE, Pedro. A idéia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

CASSIRER, Ernst. Filosofia de la Ilustracion. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 1993.

CIDADE, H.. Padre António Vieira. Lisboa, Presença, 1985.

DELAUNAY, Paul. La zoologie au seizième siècle. Paris: Hermann, Éditeurs des sciences et des arts, 1997.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

HAZARD, Paul. *O pensamento Europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1989.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEITE, Serafim. O curso de Filosofia e tentativas para se criar a universidade do Brasil no século XVII. *Verbum, revista trimestral*, Rio de Janeiro, 2 (5): 134, jun./1948.

MAYR, Ernst. *O Desenvolvimento do Pensamento Biológico: diversidade, evolução e herança*. Tradução: Ivo Martinazzo. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *A astronomia na época dos conhecimentos: a importância dos árabes e judeus nos descobrimentos*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2001

OUTRAM, Dorinda. 1995 *The Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press.

PAPAVERO, Nelson, TEIXEIRA, Dante Martins, RAMOS, Maurício de Carvalho. *A "Protogaea de G. W. Leibniz (1749) Uma teoria sobre a Evolução da Terra e a Origem dos Fósseis*. São Paulo: Plêiade, FAPESP, 1997.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento: A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Campinas: Universidade de Campinas, 1994.

SAA, Joseph Barbosa de. *Dialogos Geograficos Chronologicos, Politicos, e naturais, escriptos por Joseph Barbosa de Saa Nesta Vila Reyal do Senhor Bom Jesus do Cuyaba - Anno de 1769 oferécidos*. Manuscrito depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 436 fólhos.

VILLALTA, Luiz Carlos Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa. São Paulo: USP, 1999 (Tese de Doutorado).